

Os novos desafios do MIBEL

A perspectiva das Empresas

Nuno Ribeiro da Silva



1. Os velhos desafios do MIBEL: O que está por fazer?

2. Os novos desafios do MIBEL: Como tornar o novo paradigma energético técnica e economicamente seguro e sustentável?

Apesar do progresso evidente desde o seu arranque em Julho de 2007, permanece muito por fazer para que o MIBEL seja uma realidade consequente

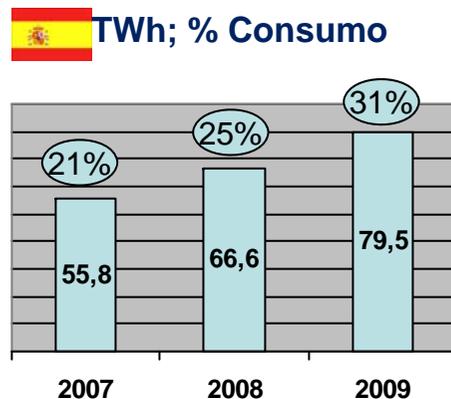
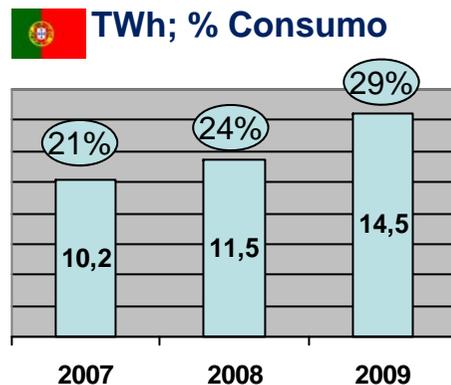
- **Subsiste uma enorme assimetria regulatória entre Portugal e Espanha, com múltiplos requisitos técnicos dispares, nomeadamente ao nível da gestão da oferta (e.g. incentivos à instalação e manutenção de potência convencional) e da gestão da procura (e.g. oferta de incentivos à interruptibilidade)**
 - **Temas fulcrais para a instalação da concorrência nos dois mercados mantêm-se por regular (e.g. Adopção do Conceito de Operador Dominante proposto pelo Conselho de Reguladores em 2007; Abolição das Tarifas Reguladas ao Cliente Final)**
- 
- **A assimetria regulatória introduz graves distorções na sinalização de investimento às empresas**
 - **Nomeadamente, a não eliminação das Tarifas ao Cliente Final em Portugal mantém uma incerteza nos agentes de mercado que os inibe de tomar posições comerciais de longo prazo, algo com reflexo óbvio na estratégia de cada empresa relativamente ao mercado grossista**
 - **As medidas de apoio à concorrência que continuam por regular são uma ameaça latente ao mercado liberalizado de comercialização de electricidade, nomeadamente em Portugal, uma vez recupere a conjuntura económica europeia e mundial (retoma da procura e subida da energia primária)**

1. Os velhos desafios do MIBEL: O que está por fazer?

2. Os novos desafios do MIBEL: Como tornar o novo paradigma energético técnica e economicamente seguro e sustentável?

O Regime Especial caminha a passos largos para se converter no “Regime Normal”, com isso implicando enormes consequências para o equilíbrio do MIBEL

Evolução R.Especial



Fonte: REN, REE; ERSE; CNE

Consequência

- Valor pago aos produtores em Regime Especial cresce de forma brutal devendo atingir os 1.300M€ em Portugal e os 6.300M€ em Espanha já em 2010

- Funcionamento das centrais térmicas convencionais, essenciais ao equilíbrio do sistema, está a sofrer uma redução acentuada que se projecta que venha a fixar entre os 30% e os 50% já em 2010

Efeitos colaterais

- Pressão sobre as tarifas de acesso para recuperar custos, nomeadamente em Portugal, pode voltar a eliminar o mercado liberalizado caso as Tarifas de Venda ao Cliente Final não sejam eliminadas ou sofram ajuste importante

- Pressão sobre a produção térmica convencional, em particular os ciclos combinados, leva a uma depressão artificial dos preços no MIBEL, por via da queima de gás associado a contratos ToP, tornando cada vez menos atractivo o investimento na manutenção e renovação do parque produtor convencional (Hídrico e Térmico)

Só uma actuação imediata e decidida poderá evitar desequilíbrios estruturais de difícil resolução no MIBEL no médio/longo prazo

- **Introdução de um mecanismo de pagamentos por garantia de potência aos ciclos combinados em mercado, harmonizado entre Portugal e Espanha, que assegure a racionalidade económica destes investimentos**, suporte essencial à segurança do abastecimento no paradigma eléctrico renovável, **e evite o dumping de gás dos contratos ToP.**
 - **Exemplo:** Pagamento variável decrescente com o número de horas de funcionamento das centrais
- **Introdução de um incentivo económico ao desenvolvimento de capacidade de bombagem pura e mista em Espanha e, principalmente, Portugal.** Actualmente a racionalidade económica destes investimentos está em causa pelo alisamento da curva de carga do sistema, no entanto são absolutamente essenciais, tanto pela capacidade de resposta rápida à intermitência do Regime Especial, como pela possibilidade de transferência de capacidade de vazio para ponta e cheia.
 - **Exemplo:** Remuneração da capacidade de bombagem disponível para aceitar produção renovável em vazio

Adicionalmente, não se pode tomar o MIBEL isoladamente do MIBGAS, sendo fundamental fomentar o mercado SPOT de gás a nível Ibérico

- **Subsistem importantes barreiras ao MIBGAS e, em particular à utilização do mercado SPOT de GNL, situação particularmente grave em Portugal onde Sines é uma porta fechada a novos entrantes e o gasoduto internacional é penalizado pela dupla tarifação internacional:**
 - A dupla tarifação dos trânsitos internacionais de gás entre Portugal e Espanha impede a utilização do Terminal de GNL de Sines para abastecimento do mercado espanhol e representa um terrível sobrecusto para aqueles agentes que utilizam os Terminais de GNL Espanhóis para abastecer o mercado português, desvirtuando a concorrência no MIBEL
 - O modelo tarifário das infra-estruturas de gás deveria ser harmonizado entre Espanha e Portugal e reorientado, no caso do consumo *gas-to-power*, para uma lógica mais flexível em que o termos fixos sejam variabilizados, de forma a facilitar que os ciclos combinados sejam competitivos na nova lógica de suporte à intermitência das energias renováveis, em particular da eólica. É crítico que Espanha e Portugal se libertem da rigidez dos contratos ToP de longo prazo.